



XOSÉ M. NÚÑEZ SEIXAS

**Uma reflexão transnacional sobre
a historiografia das nações e dos nacionalismos
na Europa (séculos XIX-XX)**

Análise Social, 221, LI (4.º), 2016

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 221, LI (4.º), 2016, 942-964

Uma reflexão transnacional sobre a historiografia das nações e dos nacionalismos na Europa (séculos XIX-XX). Este artigo pretende explorar a dimensão histórica da suposta diferença entre o nacionalismo europeu de “Leste” e “Ocidental”, e questionar se fará sentido considerar uma dicotomia entre o nacionalismo étnico e cívico, intrinsecamente relacionado com os mapas mentais dos próprios historiadores. Tendo em conta as relações entre nacionalismo, história nacional e a emergência da história enquanto disciplina académica, a exploração dos “entrecruzamentos territoriais”, que ainda transparecem em boa parte da literatura académica, tem como propósito perceber se é possível identificar um “modo europeu” de estudar as identidades nacionais, ou se, pelo contrário, é mais conveniente proceder a uma “reprovincialização” dos nacionalismos europeus.

PALAVRAS-CHAVE: Europa; história nacional; nacionalismo; identidades territoriais.

A transnational reflection on the historiography of nations and nationalism in 19th and 20th-century Europe. This essay aims to explore the purported difference between “Eastern” and “Western” European nationalism in historical terms, and to inquire whether it makes sense to refer to a dichotomy between ethnic and civic nationalism intrinsically related to the historians’ own ‘mental maps’. Taking into account the existing links between nationalism, national history and the emergence of history as an academic discipline, an exploration of the ‘territorial entanglements’ still evident in a large part of the scholarly literature will attempt to highlight whether it is possible to identify a ‘European way’ of studying nationalism and territorial identities, or whether it is more convenient to proceed to a ‘reprovincialization’ of European nationalism(s).

KEYWORDS: Europe; national history; nationalism; territorial identities.

XOSÉ M. NÚÑEZ SEIXAS

Uma reflexão transnacional sobre a historiografia das nações e dos nacionalismos na Europa (séculos XIX-XX)

Existiu (e existe) realmente uma diferença substancial em termos históricos entre o nacionalismo europeu “oriental” e o “ocidental”? E tem sentido a referência a uma dicotomia entre o nacionalismo étnico e o cívico, intrinsecamente relacionada com essa diferença, atribuindo-os a certas zonas da Europa de acordo com os nossos próprios “mapas mentais”, como historiadores? Este artigo tem como objetivo explorar as implicações destas questões decorrentes do duradouro fenómeno da identidade nacional e do nacionalismo na história da Europa contemporânea. Devido às relações intrínsecas entre o nacionalismo e a história nacional, e à emergência da história como disciplina académica, uma exploração dos “entrecruzamentos [*entanglements*] territoriais” ainda evidentes numa grande parte da literatura académica, realça a questão fundamental de saber se – à luz da crítica transnacional, entre outras – é possível identificar uma verdadeira “via europeia” de estudo do nacionalismo e das identidades territoriais.¹

CONCEITOS DE NACIONALISMO ENTRE “OESTE” E “LESTE”

Como os estudiosos do nacionalismo bem sabem, o conceito do que é uma nação e as definições de nacionalismo não têm sido entendidas da mesma maneira pelos cientistas sociais e, particularmente, pelos historiadores da Europa Oriental e Ocidental. Foram atribuídos significados diferentes às próprias expressões e, portanto, à realidade – ou aos fenómenos reificados – que elas deveriam definir. Escusado será dizer que as distinções arquetípicas não só

1 Chakrabarty (2000); Woolf (1991); Smith (1993, pp. 129-135); Baycroft (2014); Berger (2015).

variaram de leste a oeste, mas foram também objeto de interpretações divergentes entre os diferentes domínios historiográficos e linguísticos da Europa Ocidental e da Oriental. Para alguns historiadores e sociólogos, o “nacionalismo” é um conceito normativo ligado à exclusão étnica e uma ideologia reacionária cujo principal objetivo é homogeneizar, cultural e etnicamente, comunidades políticas, enquanto a “nação” é um termo mais neutro ligado à pátria, à definição da comunidade de cidadãos e ao apego emocional a essa comunidade (patriotismo). Para outros, o nacionalismo é a afirmação política e cultural pura da existência de uma nação e é, portanto, livre de significados normativos como tal. Diferentes concepções de nacionalismo e nação não podem ser localizadas espacialmente como categorias reificadas que correspondem a circunstâncias empíricas. Pelo contrário, estas concepções são etiquetas que refletem o facto de o nacionalismo – como a nação – serem termos ambíguos.

Hoje, os estudos do nacionalismo tendem a questionar abertamente o acentuado contraste delineado por pesquisas anteriores entre conceitos de nação “étnicos” e “cívicos”, ou entre conceitos “subjetivos” e “objetivos”. Pelo contrário, existe um consenso crescente de que, desde os seus inícios, as duas versões da nação estiveram profundamente interligadas.² As nações “cívicas” e as nações “étnicas” podem ter existido como conceitos ideais, mas não como realidades operacionais que influenciaram a política e a agência individual, bem como o Estado e a agência social. Por outras palavras, os conceitos de nacionalismo alegadamente “orientais-étnicos” e “ocidentais-cívicos” sobrepujaram-se frequentemente dentro da matriz ideológica e cultural de um determinado movimento nacionalista e de uma determinada política de construção da nação (*nation-building*) promovida pelo Estado. Onde os mapas mentais de contemporâneos no passado, bem como os dos historiadores no presente, tendem a atribuir categorias em consonância com os eixos geográficos (Norte-Sul, Leste-Oeste), na prática é difícil colocar exemplos clássicos de nacionalismo ao longo destas linhas imaginárias. Por exemplo, onde é que o nacionalismo alemão, talvez o modelo mais influente de nacionalismo europeu, se encontra em termos de divisão entre Este e Oeste, e, portanto, em termos de ideias e usos “civilizados”?³

Seguindo Maria Todorova e Larry Wolff nos seus trabalhos sobre *Inventar a Europa Oriental* e *Imaginando os Balcãs*, podemos considerar que as fronteiras imaginárias da “Europa” delineadas pelo Iluminismo no século XVIII

2 V. Brown (2000), ou Özkirimli (2005). Já na primeira metade dos anos 1990 autores como Anthony Smith tinham salientado que “todos os nacionalismos contêm elementos civis e étnicos em graus variados e em diferentes formas”: Smith (1991, p. 13).

3 V. Dann (1993); Langewiesche (2000); Bergem (2005).

não eram claras, mas a sua localização era dependente da definição do conceito de “civilização”.⁴ Por sua vez, este aspeto também condicionou a reinvenção constante da fronteira geográfica entre o nacionalismo cívico, ocidental e “civilizado” e o étnico, oriental e “incivilizado”. Tipologias clássicas do nacionalismo (começando com Hans Kohn no período de entre-as-duas guerras) insistiram também num conceito de nação ocidental (cívico) e oriental (étnico).⁵ Essas perceções perduraram ao longo das décadas de 1920 e 1930 – como ficou expresso, por exemplo, nas desiguais políticas do sistema de proteção de minorias étnicas promovida pela Liga das Nações – e da era da Guerra Fria que se seguiu.⁶ Especialmente durante as guerras de secessão jugoslavas da década de 1990, e apesar de vários historiadores e politólogos questionarem a noção de que esses conflitos etno-nacionais surgiram de “ódio étnico tradicionais”, a opinião pública europeia traçou uma fronteira imaginária entre nacionalismos mais e menos aceitáveis, quase paralela ao que havia sido a fronteira tradicional da monarquia de Habsburgo, e com ela à antiga linha de defesa erguida pela Europa cristã contra a expansão do Império Otomano no início do período contemporâneo.⁷

Tais perceções seguiram um dos principais temas das historiografias convencionais de nacionalismos europeus orientais e ocidentais, relativo aos diferentes ritmos de evolução do Estado-nação. Quando a parte ocidental da Europa foi vista como sendo dominada pelo chamado modelo “francês”, a ênfase foi colocada também no facto de o leste do continente ter sido na sua maior parte sujeito ao domínio de impérios multiculturais e multiétnicos até 1914-1918, em que os fundamentos básicos da legitimidade política eram supostamente a lealdade dinástica e a crença religiosa. Após a queda destes impérios considerados relativamente tolerantes, o ódio étnico e o nacionalismo intolerante deram origem às sementes do segundo conflito armado de 1939-1945, entre outros males. Na prática, porém, a história desses impérios anterior a 1914 esteve longe de ser idílica. Basta pensar na política de “russificação” do império czarista (aplicada pela primeira vez no Cáucaso desde meados do século XIX, e mais tarde estendida a outras partes do seu território), nas tentativas falhadas de “germanização” da parte cisleitana (austríaca) do Império dos Habsburgos desde o Compromisso (*Ausgleich*) de 1867, ou nas políticas forçadas de magiarização aplicadas

4 V. Wolff (1994); Todorova (1997); Schenk (2002, pp. 493-514).

5 V. Kohn (1944); assim como Plamenatz (1973, pp. 22-37). Um exemplo da persistência duradoura dessa tipologia na década de 1990, promovido pelo ressurgimento do conflito étnico na Europa Oriental após 1990, em Schöpflin (1993, pp. 37-65). Alguns exemplos mais recentes podem ser encontrados no exaustivo artigo de revisão de Weichlein (2006, pp. 265-351).

6 Núñez Seixas (2001); Fink (2004); Weitz (2008, pp. 1313-1343); Beer e Dyroff (2014).

7 Para este ponto de vista v. Gagnon (2004); Veiga (2011); Calic (1995).

na metade húngara.⁸ Todas estas políticas de homogeneização imposta eram consideradas pelos governantes imperiais como congruentes com a modernização económica e política: imitavam o modelo supostamente “ocidental” francês, em que o *demos* político que dá forma à nação já estava presente desde (e herdado do) Antigo Regime, e a homogeneidade cultural da nação foi construída por decisão estatal, através de um processo sistemático de nacionalização apoiado por uma legitimidade republicana.

E, no entanto, não era a história de sucesso do modelo francês de construção da nação em grande medida uma miragem transmitida pela historiografia francesa e até mesmo não-francesa? O conflito étnico interno também acompanhou a evolução dos processos de construção de Estados e nações na Europa Ocidental, com exceção de Portugal continental. Que dizer, por exemplo, da Irlanda? E do caminho incerto da nacionalização na França, que os historiadores têm cada vez mais apresentado como mais problemático do que tradicionalmente parecia à historiografia?⁹ Não fosse a guerra e a violência, mesmo que não seja sempre acompanhada pela limpeza étnica e a migração forçada, quase tão importante que (ou até mais importante do que) a violência e a limpeza étnica na Europa de Leste para a consolidação de Estados-nação liberais (especialmente no que diz respeito à violência exercida fora da Europa)?¹⁰ Não menos importante, a este respeito, as perspetivas pós-coloniais sobre o nacionalismo europeu e as abordagens transnacionais e globais oferecem uma compreensão diferente da história dos Estados-nação europeus e das alegadas diferenças entre os modelos da Europa Ocidental e Oriental. Há outras semelhanças também. Embora tenha sido afirmado que o modelo “oriental” de construção regional tinha mais a ver com o *Landespatriotismus*, o pensamento corporativo e a lealdade supraétnica, a historiografia recente tende a enfatizar as semelhanças entre os processos “oriental” e “ocidental” de territorialização das identidades sociais e políticas. A região, a *petite patrie*, a *Heimat* e a *rodina* podem ter tido mais elementos em comum do que se supunha anteriormente – não obstante a elaboração de um “paradigma comum” para os regionalismos na Europa Oriental e Ocidental, e até mesmo dentro dos limites de uma área geográfica mais ou menos compacta, ainda continue a ser um desafio.¹¹

8 V. Miller (2003).

9 V. Weber (1976). Um ponto de vista alternativo em Thiesse (1997). V. também a revisão exaustiva da receção e reinterpretação da influência de Weber em toda a historiografia europeia em cabo e Molina (2009, pp. 264-286).

10 V. Laitin (2007); Ther (2011).

11 V. algumas visões recentes e bibliograficamente exaustivas em Applegate (1999, pp. 1157-1182); Storm (2003, pp. 251-265); Weichlein (2006, pp. 324-337); Fahrmeir e Jones (2008, pp. 243-253), e Petri (2007, pp. 365-388); Núñez Seixas (2012, pp. 13-35).

Em resumo, qualquer comparação intercultural de grande alcance da dinâmica histórica dos processos de construção da nação e de desenvolvimento do nacionalismo na Europa não pode escapar a uma conclusão preliminar: não faz muito sentido a referência à existência de áreas geográficas nítidas, onde podem ser encontradas vias prototípicas e características de construção da nação e do nacionalismo. Os nacionalismos étnico-cívicos podem ser encontrados em toda a Europa. O que os torna diferentes são as condições em que o nacionalismo e as identidades territoriais surgiram e se desenvolveram.

NACIONALISMOS EUROPEUS “ORIENTAIS” E “OCIDENTAIS”

No entanto, a maioria das visões gerais da história do nacionalismo na Europa, assim como a maioria das comparações históricas entre Europa Ocidental e Oriental, apontam para uma série de diferenças gerais. O foco no desenvolvimento desigual dos nacionalismos e nações sugere que estas diferenças realmente têm menos a ver com a suposta especificidade estrutural “étnica” da Europa Oriental do que com peculiaridades cronológicas. Elas têm ainda menos que ver com a “complexidade étnica” da parte oriental do continente – embora alguns aspetos específicos dos padrões de assentamento étnico das populações da Europa Oriental não possam ser totalmente ignorados – do que com as vantagens comparativas de que alguns Estados-nação da Europa Ocidental gozam, incluindo a constituição (certamente acompanhada de coerção também) do Estado-nação como um elemento simplificador da paisagem etnopolítica, assim como o papel de impérios transcontinentais e/ou marítimos como construtores de nações. Por outras palavras, o império era um poderoso meio de construção da nação metropolitana,¹² mesmo que pudesse também funcionar em sentido oposto, desgastando a coesão da identidade nacional do território metropolitano, como na experiência espanhola de 1898-1936, e, posteriormente, nos casos britânicos e franceses, após a descolonização do pós-guerra. Da mesma forma, as políticas seguidas em impérios dos países europeus ocidentais desde o final do século XIX, indicavam como os marcadores étnicos de identidade se tornaram importantes para categorizar a cidadania e as práticas administrativas do dia-a-dia. Neste sentido, os nacionalismos da Europa Ocidental poderiam ser muito mais exclusivistas e primordialistas do que os da sua congénere oriental.¹³

12 Para uma visão geral v. Berger e Miller (2008, pp. 317-330), assim como Miller e Berger (2015).

13 V. Gammerl (2010).

Um fator de diferenciação ainda maior entre Este e Oeste, falando em termos gerais, era suposto ser a propagação, comparativamente mais ampla e mais rápida, de algumas características da modernização da economia nas sociedades ocidentais. Isto afetou as condições em que os projetos nacionalistas se desenvolveram, tanto os dos Estados “nacionalizadores” (para usarmos a definição de Rogers Brubaker) como os dos nacionalismos subestatais.¹⁴ Mas um papel crucial foi reservado para o Estado nacionalizador. Mais uma vez, o modelo francês da construção da nação com o objetivo de difundir uma identidade nacional homogênea através da escolaridade, o serviço militar obrigatório, a difusão de uma interpretação fixa ou canónica de símbolos, história e marcadores culturais, também exerceu uma influência notável sobre os novos “Estados em vias de nacionalização” que surgiram depois de 1918.

A partir da década de 1960, a historiografia da Europa Central tendeu a argumentar que os problemas dessa região durante e depois do período entre as duas guerras teve a sua origem na adoção de um modelo exótico e “inadequado” de construção da nação, o Estado-nação importado da Europa Ocidental, que não oferecia soluções práticas para o acolhimento de um extraordinário grau de diversidade étnica. Dito de outra maneira: algumas das supostas características de intolerância étnica na Europa Oriental estavam relacionadas com a sua imitação mimética de políticas de nacionalização inspiradas no modelo “civilizado” de construção de nações no Ocidente. Algo relativamente semelhante, mas um pouco para além do âmbito deste artigo, pode afirmar-se no que diz respeito à imitação direta do modelo francês de construção da nação de finais do século XIX pelas elites latino-americanas com o fim de construir os seus Estados-nação em formação antes de 1910, ou à inspiração das elites nacionalistas africanas, tomada dos modelos europeus de Estado-nação, para construir os seus novos Estados independentes depois de 1960.¹⁵

Para dar um exemplo final, é comum afirmar que antes e depois de 1939 a questão das minorias foi vivida de maneira diferente na Europa Oriental e na Europa Ocidental, não tendo esta última nada que se assemelhe, digamos, à questão dos alemães sudetas na Checoslováquia. Certamente, a questão das nacionalidades não desempenhou o mesmo papel desestabilizador na política internacional como aconteceu na Europa Oriental, mas isto ficou a dever-se em parte ao facto de os Tratados de Minorias estabelecidos pela Liga das Nações entre 1919 e 1924 não se terem estendido à Europa Ocidental (incluindo a

14 Brubaker (1996).

15 Os mesmos problemas tornaram-se evidentes quando o “modelo francês” foi transposto para sociedades africanas multiétnicas, antes e depois da descolonização: v. Johnson (2004, pp. 135-158).

Alemanha ou Itália), por causa da convicção entre os pacificadores de que uma tradição de “governo civilizado” já existia nesta área. No entanto, a dura política de assimilação aplicada pela Itália fascista no Tirol do Sul e nas áreas de língua eslovena da região de Friuli deveria ter sido punida pela Liga das Nações, aplicando os mesmos princípios que na Polónia ou Lituania.¹⁶ O mesmo poderia ser dito sobre certos aspetos da política assimilacionista francesa na Alsácia-Lorena, e mais ainda da repressão cultural lançada pela ditadura de Primo de Rivera na Espanha face às reivindicações catalãs, bascas e galegas de autogoverno no final dos anos 1920.¹⁷ Provavelmente, o facto de as limpezas étnicas e dos movimentos populacionais em massa terem tido lugar na Europa Oriental desde 1944-1945 numa escala que não foi imaginada na Europa Ocidental teve mais a ver com a geopolítica continental e as contingências da guerra do que com o determinismo estrutural ou a paisagem étnica das zonas atingidas.¹⁸

Em última análise, portanto, são as diferenças na cronologia e contingência que importam mais quando se trata de compreender os caminhos divergentes da construção da nação na Europa Oriental e Ocidental. Podemos destacar a este respeito certas diferenças fundamentais. Em primeiro lugar, o surgimento e consolidação relativamente precoce da cidadania como critério de legitimidade social e participação política no núcleo da Europa Ocidental (embora não se deva esquecer que, durante o período entre guerras, apenas escassas democracias sobreviveram em todo o continente, as principais delas na França e na Checoslováquia). Em segundo lugar, a “paisagem etnográfica” foi gradualmente simplificada num período anterior na maioria dos Estados-nação da Europa Ocidental, embora isto não tenha significado a homogeneização absoluta. Talvez a diferença mais marcante tenha sido que a diversidade étnica na Europa Ocidental não esteve sempre ligada a sobreposições territoriais entre grupos étnicos ou à dispersão de identidades territoriais através das (extremamente variáveis) fronteiras estatais. Assim, numa série de países da Europa Ocidental, ao contrário do que acontecia na Europa do Leste, a perceção da diversidade nacional interna nem sempre foi associada a uma ameaça externa à segurança do Estado.¹⁹

Em terceiro lugar, devido a uma poderosa tradição de centralização governamental e às continuidades entre identidades nacionais pré-modernas e Estados-nação recém-formados, a assimilação cultural (seja forçada ou não) foi

16 Sobre a Itália, ver alguns pontos de vista sobre o período entre-as-duas-guerras em Gatterer (1968), assim como em Pirjevec (1997, pp. 167-174).

17 Sobre a Espanha ver Quiroga (2007).

18 Para uma visão geral v. Naimark (2001); Ther e Siljak (2001).

19 V. Kymlicka (2005, pp. 108-126). V. também Obradovic (1997, pp. 63-73).

mais bem sucedida em algumas áreas da Europa Ocidental do que em outras partes do continente. Mais uma vez, no entanto, é preciso não sobrevalorizar a extensão dessas diferenças. Se em muitas regiões da Europa Oriental os agrupamentos étnicos replicavam as hierarquias sociais, o que poderia então refletir-se em termos de distribuição de poder no interior do Estado, a extensão da assimilação cultural variou também em Estados-nação da Europa Ocidental. Deixando mesmo de lado o caso da Irlanda, na prática uma situação quase-colonial, é possível encontrar tipos de situação relativamente semelhantes na Europa Ocidental, onde os camponeses que falavam línguas não oficiais ou dialectos *patois* “não assimilados” diferiam dos “modernos” funcionários públicos, professores, proprietários e advogados que falavam a língua do Estado na França, Itália, Espanha ou Bélgica.²⁰

As influências e transferências intelectuais ocorreram em ambas as direções do continente europeu. Também houve influências mútuas entre nacionalismos europeus “ocidentais” e “orientais”, começando com a adoção de símbolos e um vocabulário relativamente comum (a reificação da nação, a ideia de soberania, conceitos como “espírito nacional” e “povo”, quer na sua versão germânica de *Volk*, quer no seu significado francês de *peuple*). Uma história transnacional dos processos de emergência de novas reivindicações de etnicidades esquecidas nas diversas nacionalidades europeias sem Estado, e da circulação de imagens e contributos entre diferentes nacionalismos minoritários subestatais desde o século XIX, ainda está por escrever, embora ideias recentes tenham sugerido que o fenómeno era mais “europeu” — no sentido da partilha de muitas características — do que se pensava anteriormente.²¹ A partir do final do século XIX, os movimentos nacionalistas subestatais da Europa Ocidental também procuraram modelos de organização e estratégia, bem como de inspiração ideológica, na Europa Oriental e Central. Por exemplo, o intelectual nacionalista irlandês e fundador do Sinn Féin Arthur Griffith inspirou-se no nacionalismo húngaro, como reflectiu bem no seu ensaio *The Resurrection of Hungary* (1904), enquanto os nacionalistas catalães da passagem do século XIX para o XX ficaram fascinados com o modelo dualista constituído pelo Império Austro-Húngaro, que desejavam transplantar para a monarquia espanhola, transformando-a num estado binacional (catalão-castelhano) onde os catalães deveriam desempenhar o papel dos magiares.²² Da mesma forma, os nacionalismos subestatais bem-sucedidos do Leste

20 V. Gordon (1978).

21 V. especialmente Leersen (2006a, pp. 559-578; 2006b).

22 Para um ponto de vista contrastado, v. Maume (1995, pp. 125-137); Laffan (2000); McDonogh (1987, pp. 297-316).

européu exerceram influência em determinados momentos (como 1918-1920, ou a partir de 1989) nas elites nacionalistas subestatais equivalentes na Grã-Bretanha, Espanha, França, Bélgica e Itália no que diz respeito aos conceitos ideológicos e modelos de organização.²³ Além disso, este intercâmbio de modelos ocorreu em várias direções, especialmente a partir da periferia não-europeia dos impérios para o “núcleo nacional” desses impérios. Assim, desde a década de 1880, os movimentos catalão e basco inspiraram-se no nacionalismo anticolonial de Cuba e Porto Rico, da mesma maneira que o movimento nacionalista irlandês tirou conclusões importantes do sucesso da agitação nacionalista indiana depois de 1919.²⁴

ALGUNS PROBLEMAS DE COMPARAÇÃO

Uma característica persistente dos estudos sobre nacionalismo tem vindo a ser repetidamente identificada como um problema das sínteses da história dos nacionalismos na Europa: a falta de comparações com uma base empírica. Para além da tenacidade e persistência das historiografias nacionais, os estudos comparativos sobre os nacionalismos utilizam exemplos das mesmas áreas geográficas, por exemplo Alemanha e França, ou Alemanha e Itália. A similitude dos estudos de caso relativos às “pequenas nações” também se fundamenta em razões intrinsecamente culturais, tais como a afinidade linguística, como aconteceu com alguns estudos comparativos entre os nacionalismos e identidades nacionais balcânicos, bálticos e ibéricos ou com os chamados nacionalismos “célticos” da periferia ocidental europeia.²⁵

Porém, as genuínas comparações transnacionais e transcontinentais dos nacionalismos continuam a ser a exceção à regra.²⁶ Embora mantendo a noção de que esses esforços deveriam incluir uma teoria generalizante do nacionalismo, uma comparação mais abrangente deveria ter igualmente em conta matizes e diferenças, e questionar até que ponto se podem transpor para outras áreas alguns dos conceitos básicos utilizados na conceptualização da “invenção” da nação na Europa.²⁷ Existem, sobretudo, alguns problemas práticos que não podem ser ignorados. Não é fácil encontrar um historiador que possa ler estónio e sardo, ou eslovaco e holandês, ainda que existam alguns bons

23 V. Conversi (1993, pp. 245-270). Sobre o modelo irlandês de agitação nacionalista bem sucedida e o seu impacto nos nacionalismos minoritários na Europa Ocidental v. Leach (2009).

24 V. por exemplo O'Malley (2008) ou Ucelay-Da Cal (1997, pp. 151-192).

25 V. o clássico de Hechter (1975), e também Hechter e Levi (1979, pp. 260-274).

26 V. uma primeira abordagem por Langewiesche (2006, pp. 175-189).

27 V. a crítica do conceito de “comunidade imaginada”, considerado eurocêntrico, por Chatterjee (2008, pp. 89-105 e 1993).

exemplos de extraordinárias abordagens multilingues do nacionalismo, tais como as tentativas iniciais de Konstantin Symmons-Symonolewicz para escrever um estudo comparativo sobre os movimentos nacionalistas na Europa e no mundo, ou os clássicos ensaios interpretativos de Miroslav Hroch sobre as “pequenas nações” europeias (principalmente do centro-leste da Europa) e as consequentes tentativas de alargamento das suas perspectivas, integrando os nacionalismos de Estado e exemplos da Europa Ocidental.²⁸ Porém, e mesmo nestes casos, é impossível evitar que o quadro teórico dos autores esteja condicionado pelo respetivo ponto de partida empírico, por um determinado estudo de caso, e/ou pela sua própria vivência ou experiência “nacional”. Não se pode deixar de pensar nas reflexões de Richard Evans a propósito dos historiadores britânicos escrevendo sobre outros países e nas comparações com historiadores nacionais europeus estudando os seus próprios nacionalismos, ou os de outros povos.²⁹ Não estariam todos, no fundo, a projetar sobre outros territórios as suas próprias convicções sobre as nações a que pertenciam?³⁰ A vivência própria pode referir-se a um processo de construção de uma nação particularmente bem-sucedido, a um “ambiente multicultural”, ou ao legado de impérios multinacionais. Assim, o fascinante relato de Keith Robbins sobre a construção da comunidade britânica de nações (a Inglaterra, a Escócia, o país de Gales, a Irlanda do Norte), unidas pela exploração de um império e pela lealdade comum à monarquia, constitui um bom exemplo das dificuldades na aplicação desse modelo analítico a outras partes da Europa, como o Império Austro-Húngaro, a Bélgica ou a Espanha, onde coexistiam diversos grupos étnicos ou nacionalidades no seio de comunidades políticas multinacionais.³¹

Em resumo, e a modo de generalização, a historiografia do nacionalismo está ainda maioritariamente condicionada pela esmagadora predominância dos estudos de caso nacionais (ou regionais), ainda que cada vez mais ancorada a uma focagem teórica e muitas vezes inspirada (implícita ou explicitamente) por uma perspectiva comparativa. O problema não reside só no facto de o (Estado-)nação continuar a encapsular a maioria das pesquisas sobre o nacionalismo e a nação.³² As inferências nacionais tendem também a impregnar as monografias de investigação com perspectivas comparativas, ao tomar certas

28 Symmons-Symonolewicz (1970); Smith (1976); Hroch (1985, 2000; 2005). V. também (ainda que mais centrados numa área específica do continente) Puhle (1995), bem como os ensaios comparativos iniciais de Coakley (1980, pp. 215-247) e Allardt (1979, pp. 323-348).

29 Evans (2009).

30 V. Berger e Lorenz (2008); Berger (2015).

31 Robbins (1991).

32 Sluga (2004, pp. 103-114).

trajetórias de grupos étnicos e movimentos nacionalistas até à conquista de um Estado próprio, ou até ao sucesso de um modelo de Estado-nação homogêneo, como um padrão que define a normalidade, e vendo portanto as peculiaridades dos casos estudados como desvios em relação a esse padrão. Assim aconteceu na historiografia da Europa Ocidental a propósito dos nacionalismos de Estado na Alemanha, Itália e Espanha, por exemplo. Todos estes países comparam implicitamente as suas formas de alcançar o estatuto de Estados-nação homogêneos e bem-sucedidos, à luz da experiência francesa. De modo semelhante à emergência do paradigma do *Sonderweg* ou via especial cara à modernidade na historiografia alemã dos anos 1970, durante os anos 1980 e 1990 desenvolveu-se na historiografia espanhola um modelo explicativo para o triplo “fracasso” da Espanha enquanto economia industrial, como Estado-nação e em relação à revolução liberal. Os principais pontos de referência para considerar o Estado-nação espanhol (e subsequentemente o nacionalismo espanhol) como um fracasso são, por um lado, a obra de Eugen Weber (1976) *Peasants into Frenchmen* e, por outro, os ecos tardios da teoria da modernização e a interpretação marxista da história espanhola, implicitamente comparada com a francesa, elaborada pelo historiador francês Pierre Vilar.³³

Um último obstáculo para uma comparação mais efetiva é o facto de o Estado-nação ter atuado como unidade de estudo, mesmo nos casos em que o objeto de estudo teria podido oferecer uma boa base para uma abordagem transnacional. É o caso do estudo dos nacionalismos em nações “divididas”, ou em territórios que reclamam o estatuto de nação mas pertencem a vários Estados. Assim, os estudos sobre o nacionalismo ucraniano tendem a focalizar-se na Ucrânia Central e Oriental (que foram parte do Império russo) ou na Galícia Oriental (parte do Império dos Habsburgos); os estudos sobre o nacionalismo basco focam normalmente quer o País Basco francês, quer o espanhol mas, apesar da retórica da irmandade inter-regional sem fronteiras estatais, em geral ambas as regiões ignoram-se mutuamente.³⁴

POR UMA ANÁLISE TRANSNACIONAL DO NACIONALISMO

Quais são as perspetivas para uma verdadeira história, a nível europeu e transnacional, do nacionalismo e das identidades territoriais? Tenho sugerido que, em primeiro lugar, os historiadores europeus precisam de uma abordagem

33 Vilar (1984, pp. 7-41); v. também Molina e Cabo (2009).

34 Ver a extensa revisão da pesquisa histórica sobre o nacionalismo ucraniano de Kuzio (2000, pp. 106-109), bem como a síntese de Kappeler (2009) e Magocsi (1996). Sobre o contraste entre as perspetivas bascas (espanhola e francesa) comparar Jacob (1994) e Mansvelt-Beck (2005).

teórica que tente ultrapassar os preconceitos historiográficos acerca do que é a Europa e de onde começam e acabam a Europa Ocidental e a Oriental. Deveríamos ver as dinâmicas sociais e políticas a distintos níveis, o que nos permitiria pensar em termos genuinamente transnacionais. E talvez possa também abrir a porta a comparações mais sistemáticas entre estudos de caso europeus e não europeus, que até agora se têm limitado à análise dos nacionalismos desenvolvidos da América do Norte (e às vezes do Médio Oriente) e da Europa mas que têm geralmente ignorado zonas como a América Latina, a África e o Sudeste Asiático.³⁵ Portanto, levanta-se uma questão relativa às diferentes escalas de comparação possíveis, particularmente se tivermos em conta a crescente popularidade da investigação empírica dos distintos níveis de identidades locais – subnacional, regional, municipal e urbano – entre os historiadores nos últimos 15 anos. Alon Confino argumentava convincentemente a favor de um *local turn* (uma ênfase nos aspetos locais), orientado para a comparação, como um meio para analisar a partir de um ponto de vista transnacional, como se constroem as identidades ao níveis micro. Faltaria, porém, definir a forma de ampliar esse *local turn* para que possa constituir um tipo de abordagem “glocalista” à escala europeia.³⁶

No entanto, não se trata apenas de uma questão de escalas de comparação. Trata-se, realmente, do tipo de comparação: deveríamos comparar o que é aparentemente diferente, ou o que é supostamente semelhante? Ou deveríamos comparar problemas genericamente semelhantes em contextos territoriais diferentes? A este respeito, os cientistas políticos têm vindo a indicar-nos um caminho possível para futuros avanços. Para citar apenas alguns exemplos, as minorias de língua russa nas atuais Estónia e Letónia têm sido comparadas com êxito com a situação dos imigrantes de língua castelhana na Catalunha, enquanto as relações entre a resolução de conflitos étnicos em sociedades complexas e os processos de transição para a democracia no seguimento de ditaduras autoritárias, têm igualmente sido positivamente explorados, utilizando

35 Evidentemente, o desenvolvimento do nacionalismo norte-americano foi objeto de comparações profícuas com casos europeus modernos de nacionalismo de Estado: Greenfield (1993). Em relação aos nacionalismos subestatais, o Québec tem vindo a ser um caso privilegiado para comparação, particularmente com a Escócia, o País Basco, a Catalunha e a Flandres: v. Keating (2001). No entanto, os exemplos latino-americanos de construção de nações raramente têm sido objeto de comparações sistemáticas com os casos da Europa meridional: v., como exceção, Puhle (1985, pp. 265-285), assim como Suárez Cortina e Pérez Vejo (2010). Uma resenha relativamente recente da literatura sobre os nacionalismos latino-americanos, que também inclui algumas referências comparativas, pode encontrar-se em Miller (2006, pp. 201-221).

36 Confino (2006).

exemplos da Europa Ocidental e Oriental.³⁷ Estas abordagens orientadas para os *problemas* e não para os territórios, que são atualmente comuns na produção das ciências sociais sobre o nacionalismo, estão em grande medida ainda ausentes da historiografia europeia sobre os nacionalismos. Obviamente, há um número crescente de exceções à regra, que se concentram principalmente no âmbito da história cultural, em que os académicos têm vindo a examinar temas como os monumentos nacionais, o culto dos heróis nacionais, o conceito de cidadania e a escrita da história nacional.³⁸ Tudo isto implica que necessitamos de ampliar as abordagens culturais até agora predominantes no estudo do nacionalismo e das identidades territoriais. Concretamente, os historiadores têm ainda muito que fazer em relação ao modo como as pessoas têm vivido as identidades coletivas de base territorial, como estas têm sido reproduzidas a partir de baixo e como interagem com outras formas de identidade coletiva que não têm necessariamente um vínculo territorial.³⁹ Evidentemente, este tipo de abordagem levanta o problema de que a identificação e a desconstrução da “mensagem” dos construtores de nações são mais facilmente acessíveis através das fontes oficiais do que a “resposta” das populações destinatárias dessa mensagem.⁴⁰ Algumas destas dificuldades podem ser ultrapassadas, com recurso às perceções de sociólogos e historiadores que têm trabalhado com o conceito de nacionalismo banal e com o estudo do *habitus* como uma forma de compreender como as identidades nacionais são reproduzidas. Ainda que o conceito de “nacionalismo banal” tenha sido criticado por se concentrar numa abordagem a partir de cima (*top-down*), não deixa de manter uma considerável margem de aplicação ao domínio da vivência quotidiana.⁴¹

Até hoje, a imensa maioria dos estudos dedicados ao *transnacionalismo* tem focado duas questões relacionadas entre si. Por um lado, têm examinado o papel das diásporas de migrantes no desenvolvimento do nacionalismo e de projetos nacionalistas, tanto nos países de origem como nas sociedades de acolhimento. Estes estudos concentram-se sobretudo nos vínculos interligados – políticos, sociais e culturais – que se estabelecem entre os migrantes e os seus conterrâneos, no país de origem e noutros lugares, enfatizando o modo como o nacionalismo moderno, da Irlanda à Polónia, e especialmente as “identidades diaspóricas” como a dos judeus, têm dependido do papel desempenhado pelos

37 V. Laitin (1992, pp. 149-166); Shafir (1995); Kymlicka e Opalski (2002).

38 Para citar apenas dois dos exemplos possíveis, v. Tacke (1995) ou Eriksonas (2004).

39 V. as sugestões iniciais de Sluga (1997, pp. 87-111).

40 Sobre este assunto, ver as reflexões iniciais de Haupt e Tacke (1996, pp. 255-283).

41 V. Skey (2009, pp. 331-346).

agentes transnacionais que se localizam fora do território representado como “o seu”.⁴² Por outro lado, desde finais dos anos 1990 tem vindo a surgir um novo interesse pelas relações estabelecidas entre distintos “nacionalistas transnacionais”,⁴³ que tem sido combinado com a análise de momentos históricos concretos, tais como 1918-1919, quando uma vaga de ativismo transnacional, fomentada pelo desmembramento dos impérios multinacionais e pela difusão de novos princípios, como a autodeterminação nacional (combinação do princípio das nacionalidades como o direito de autodeterminação), parecia preparar o caminho para a emergência de novos Estados-nação.⁴⁴ No entanto, justifica-se um certo ceticismo em relação à questão de saber até que ponto esta “mobilização global” pode explicar as dinâmicas sociais e políticas que caracterizam o desenvolvimento do nacionalismo na terra natal.⁴⁵ A agitação nacionalista irlandesa fora da Irlanda pode ter sido muito relevante em certos momentos, e ter influenciado as atitudes britânicas, mas o desenvolvimento do nacionalismo dentro da Irlanda obedeceu principalmente a fatores endógenos, ainda que influenciado, em maior ou menor medida, pelas ligações “globais”. O mesmo argumento pode ser aplicado a outros territórios.

Portanto, é obrigatório ultrapassar a concepção do transnacionalismo enquanto extensão das dimensões espaciais do nacionalismo e da identidade nacional. Uma via possível a explorar é a escolha de casos de identidades territoriais limítrofes e/ou competidoras como laboratórios de *histórias entrelaçadas*.⁴⁶ Esta abordagem, combinada com a história social e cultural, tem produzido resultados positivos em relação à forma como os nacionalismos estatais e subestatais têm competido dentro dos limites de um dado território, região histórica ou Estado-nação.⁴⁷ Bem assim, tem sido particularmente frutífera ao observar como momentos de conflito especialmente intensos (por exemplo, as guerras civis) produzem discursos e práticas nacionalistas que se opõem mutuamente, tanto ao nível territorial (centro/periferia) como no âmbito de uma identidade nacional partilhada (nacionalismo de esquerda vs.

42 V. Jacobson (1995); Glick-Schiller e Fouron (2001); Isabella (2009).

43 De facto, os estudos sobre este tipo de nacionalismos diaspóricos têm a sua origem nos anos 1960, visto que se desenvolveram como um tema específico dos estudos sobre migrações: v. Brown (1966) e Kenny (2003, pp. 134-162). Os estudos recentes têm abordado sobretudo o emaranhado de agitação internacional e estratégias domésticas: v. Danforth (1995), tal como nos casos não europeus: v. Fischer-Tiné (2007, pp. 325-344).

44 V. Manela (2007).

45 A este respeito, é talvez significativo que não exista nenhuma entrada específica sobre o conceito de nacionalismo em Iriye e Saunier (2009).

46 Werner e Zimmermann (2006, pp. 30-50).

47 V. Struve (2005), e von Hirschhausen (2006).

nacionalismo de direita), e cujos atributos culturais e simbólicos são aliás marcadamente semelhantes.⁴⁸

Ao mesmo tempo, é necessária mais reflexão teórica para (re)definir os conceitos de identidade comumente utilizados pelos historiadores. De que identidades — ou processos de identificação individual e coletiva — estamos a falar? De diversas camadas de identidade intermutáveis, como se fossem trajes diferentes que podemos usar, ou deveríamos antes falar de identidades “híbridas”, nas quais se podem combinar roupas diversas, de diferentes cores e origens, como por exemplo um *kilt* e um chapéu de coco? E quais seriam os limites da lealdade à comunidade política?⁴⁹ Sendo certo que se tem atribuído grande valor ao significado das identidades partilhadas/múltiplas/híbridas, não é menos certo que os historiadores contemporâneos do nacionalismo nem sempre têm conseguido compreender por que preferem ainda assim as pessoas aderir a identidades singulares que podem, como afirma Amin Maalouf, tornar-se também “identidades assassinas”.⁵⁰ Os estudiosos dos “conflitos étnicos” têm procurado compreender comparativamente as circunstâncias em que as identidades étnicas têm mais probabilidades de coexistir, mas dizem bem pouco sobre o modo como as pessoas interiorizam as atribuições étnicas e as imagens da alteridade. Uma forma possível de expandir o conceito de identidade coletiva (vinculada territorialmente), seguindo uma sugestão do historiador austríaco Peter Haslinger entre outros, é começar a formar uma noção de que cada território é imaginado e de que as formas de “identidade” vinculadas territorialmente são extremamente variadas dentro de uma dada comunidade política, tornando-se camadas de esferas concêntricas sujeitas a uma geometria múltipla de identificações.⁵¹ As comparações ao nível europeu podem expandir esta abordagem através da identificação das dinâmicas de construção da identidade que permitem explicar a emergência de espaços de vivência individuais e coletivos como uma pré-condição para os processos de construção regional e nacional.

Muitos estudos históricos da identidade coletiva, e particularmente da identidade étnica e territorial, conduziram no passado a uma espécie de beco sem saída teórico e empírico. Definitivamente, a nossa conclusão enquanto historiadores – hoje em dia indivíduos cada vez mais multiculturais e cosmopolitas, condicionados por antecedentes e vivências pessoais – confirma que

48 Uma tentativa de análise de um momento de interação de diferentes discursos nacionalistas, tal como a Guerra Civil Espanhola, em Núñez Seixas (2006).

49 V. Cole e Unowsky (2009).

50 Maalouf (1998).

51 Haslinger (2009); Haslinger e Holz (2000, pp. 15-38).

a maioria das pessoas está desejava de partilhar identidades e que detém uma vivência de múltiplas identidades. Não surpreende que as biografias individuais dos investigadores do nacionalismo ajudem a explicar a adoção desta perspectiva normativa. Tendo em conta as histórias de vida dos académicos que foram pioneiros dos estudos do nacionalismo moderno, é particularmente digno de nota o facto de terem frequentemente abraçado algum tipo de causa nacionalista na sua juventude, o que apenas conduziu a uma maior ou menor desilusão: é o caso de Robert Seton-Watson, Carlton H. Hayes, Konstantin Symmons-Symonolewicz e Hans Kohn.⁵² Porém, existe um claro perigo de “estigmatização”, pelos historiadores, dos seus objetos de estudo: os nacionalistas e os construtores de nações – e por vezes até localistas e regionalistas – como pessoas que queriam erodir a complexidade multicultural e simplificá-la pela imposição de hierarquias fixas de lealdades e identidades. Numa época em que muitos historiadores do nacionalismo estão a tornar-se cada vez mais “pós-nacionalistas”, é pois tempo de redefinir o seu papel na compreensão das identidades nacionais, vinculadas territorialmente, e subnacionais, agora que a sua antiga função social de “construtores de nações” parece, na maior parte da Europa – mas não toda –, pertencer definitivamente ao passado recente.⁵³

52 V. Kohn (2006, pp. 579-596). Sobre o envolvimento pessoal de Robert W. Seton-Watson na questão das nacionalidades, v. Seton-Watson e Seton-Watson (1981), e também R. W. Seton-Watson (1922).

53 V. Smith (1992, pp. 58-80); Berger (1995, pp. 187-222); Berger e Lorenz (2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLARDT, E. (1979), "I mutamenti della natura dei movimenti etnici: dalla tradizione all'organizzazione". *Il Mulino*, 263, pp. 323-348.
- APPLEGATE, C. (1999), "A Europe of regions: reflections on the historiography of sub-national places in modern times". *The American Historical Review*, 104 (4), pp. 1157-1182.
- BAYCROFT, T. (ed.) (2014), *What is a Nation? Europe 1789-1914*, Oxford, OUP.
- BEER, M., DYROFF, S. (eds.) (2014), *Politische Strategien nationaler Minderheiten in der Zwischenkriegszeit*, Munique, Oldenbourg.
- BERGEM, D. (2005), *Identitätsformationen in Deutschland*, Wiesbaden, Verlag für Sozialwissenschaften.
- BERGER, S., LORENZ, C. (eds.) (2008), *The Contested Nation: Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- BERGER, S., LORENZ, C. (eds.) (2010), *Nationalizing the Past. Historians as Nation-builders*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- BERGER, S., MILLER, A. (2008), "Nation-building and regional integration, c. 1880-1914: the role of empires". *European Review of History/Revue Européenne d'Histoire*, 15 (3), pp. 317-330.
- BERGER, S. (1995), "Historians and nation-building". *Past & Present*, 148, pp. 187-222.
- BERGER, S. (2015), *The Past as History. National Identity and Historical Consciousness in Modern Europe*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- BROWN, D. (2000), *Contemporary Nationalism. Civic, Ethnocultural & Multicultural Politics*, Londres/Nova Iorque, Routledge.
- BROWN, T.S. (1966) *Irish-American Nationalism, 1870-1890*, Nova Iorque/Philadelphia, Lippincott & Co.
- BRUBAKER, R. (1996), *Nationalism Reframed. Nationhood and the National Question in the New Europe*, Cambridge, CUP.
- CABO, M., MOLINA, F. (2009), "The long and winding road of nationalization. Eugen Weber's peasants into frenchmen in modern European history (1976-2006)". *European History Quarterly*, 39 (2), pp. 264-286.
- CALIC, M. J. (1995), *Der Krieg in Bosnien-Herzegovina. Ursachen, Konfliktstrukturen, internationale Lösungsversuche*, Frankfurt a. M., Suhrkamp.
- CHAKRABARTY, D. (2000), *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton/Oxford, Princeton UP.
- CHATTERJEE, P. (1993), *The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*, Princeton, NJ, Princeton UP.
- CHATTERJEE, P. (2008), *La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos*, Buenos Aires, Siglo XXI/Clacso.
- COAKLEY, J. (1980), "Independence national movements and national minorities: some parallels in the European experience". *European Journal of Political Research*, 8, pp. 215-247.
- COLE, L., UNOWSKY, D.L. (eds.) (2009), *The Limits of Loyalty. Imperial Symbolism, Popular Allegiances, and State Patriotism in the late Habsburg Monarchy*, Nova Iorque, Berghahn.
- CONFINO, A. (2006), *Germany as a Culture of Remembrance: Promises and Limits of Writing History*, Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press.
- CONVERSI, D. (1993), "Domino effect or internal developments? The influences of international events and political ideologies on Catalan and Basque nationalism". *West European Politics*, 16 (3), pp. 245-70.

- DANFORTH, L. (1995), *The Macedonian Conflict: Ethnic Nationalism in a Transnational World*, Princeton, NJ, Princeton UP.
- DANN, O. (1993), *Nation und Nationalismus in Deutschland. 1770-1990*, Munique, Beck.
- ERIKSONAS, L. (2004), *National Heroes and National Identities: Scotland, Norway, and Lithuania*, Berna, Peter Lang.
- EVANS, R. (2009), *Cosmopolitan Islanders: British Historians and The European Continent*, Cambridge, CUP.
- FAHRMEIR A., JONES, H.S. (2008), "Space and belonging in modern Europe: citizenship(s) in localities, regions, and states". *European Review of History/Revue Européenne d'Histoire*, 15 (3), pp. 243-253.
- FINK, C. (2004), *Defending the Rights of Others: The Great Powers, the Jews, and International Minority Protection, 1878-1938*, Cambridge, CUP.
- FISCHER-TINÉ, H. (2007), "Indian nationalism and the 'world forces': transnational and diasporic dimensions of the Indian freedom movement on the eve of the First World War". *Journal of Global History*, 2 , pp. 325-344.
- FRADERA, J.M. (2015), *La nación imperial: 1750-1918*, Barcelona, Edhasa.
- GAGNON, V.P. (2004), *The Myth of Ethnic War: Serbia and Croatia in the 1990s*, Ithaca, Cornell UP.
- GAMMERL, B. (2010), *Untertanen, Staatsbürger und Andere. Der Umgang mit ethnischer Heterogenität im Britischen Weltreich und im Habsburgerreich 1867-1918*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- GATTERER, C. (1968), *Im Kampf gegen Rom. Bürger, Minderheiten und Autonomien in Italien*, Viena, Europa Verlag.
- GLICK-SCHILLER, N., FOURON, G.E. (2001), *Georges Woke up Laughing: Long-Distance Nationalism and the Search for Home*, Durham, Duke UP.
- GORDON, D.C. (1978), *The French Language and National Identity (1930-1975)*, Mouton, Haia.
- GREENFIELD, L. (1993), *Nationalism: Five Roads to Modernity*, Cambridge, MA, Harvard UP.
- HASLINGER, P. (2009), *Nation und Territorium im tschechischen politischen Diskurs 1880-1938*, Munique, Oldenbourg.
- HAUPT, H.-G., TACKE, C. (1996), "Die Kultur des Nationalen: Sozial- und kulturgeschichtliche Ansätze bei der Erforschung des europäischen Nationalismus im 19. und 20. Jahrhundert". In W. Hardtwig e H.-U. Wehler (eds.), *Kulturgeschichte Heute*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 255-283.
- HECHTER, M. (1975), *Internal Colonialism: The Celtic Periphery in British National Development, 1536-1966*, Berkeley, Univ. of California Press.
- HOLZ, K. (2000), "Selbstbild und Territorium. Dimensionen von Identität und Alterität". In P. Haslinger (ed.), *Regionale und nationale Identitäten. Wechselwirkungen und Spannungsfelder im Zeitalter moderner Staatlichkeit*, Würzburg, Ergon-Verlag, pp. 15-38.
- HROCH, M. (1985), *Social Preconditions for National Revival in Europe: A Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations*, Cambridge, CUP.
- HROCH, M. (2000), *On the National Interest. Demands and Goals of European National Movements of the Nineteenth Century: A Comparative Perspective*, Praga, Faculty of Arts, Charles University.
- HROCH, M. (2005), *Das Europa der Nationen. Die moderne Nationsbildung im europäischen Vergleich*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

- IRIYE, A., and SAUNIER, P.-Y. (2009), *The Palgrave Dictionary of Transnational History*, Londres, Palgrave.
- ISABELLA, M. (2009), *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*, Oxford, Oxford UP.
- JACOB, J. E. (1994), *Hills of Conflict: Basque Nationalism in France*, Reno, University of Nevada Press.
- JACOBSON, M. F. (1995), *Special Sorrows. The Diasporic Imagination of Irish, Polish, and Jewish Immigrants in the United States*, Cambridge, MA, Harvard UP.
- JOHNSON, N. (2004), "Senegalese "into Frenchmen"? The French technology of nationalism in Senegal". *Nationalism and Ethnic Politics*, 10 (1), pp. 135-158.
- KAPPELER, A. (2009), *Kleine Geschichte der Ukraine*, 3.^a ed., Munique, Beck.
- KEATING, M. (2001), *Nations against the State: The New Politics of Nationalism in Quebec, Catalonia, and Scotland*, 2.^a ed., Houndmills, Palgrave.
- KENNY, K. (2003), "Diaspora and comparison: the global Irish as a case study". *Journal of American History*, 90 (1), pp. 134-162.
- KOHN, H. (1944), *The Idea of Nationalism: a Study in Its Origins and Background*, Nova Iorque, The Macmillan Company.
- KOHN, H. (1964), *Living in a World Revolution: My Encounters with History*, Nova Iorque, Simon and Schuster.
- KUZIO, T. (2000), "Review article: Ukrainian historiography and nation building". *Nationalism & Ethnic Politics*, 6 (4), pp. 106-109.
- KYMLICKA, W. (2005), "Federalism and secession at home and abroad". In R. Máiz e F. Requejo (eds.), *Democracy, Nationalism and Multiculturalism*, Londres, Frank Cass, pp. 108-126.
- KYMLICKA, W., OPALSKI, M. (eds.) (2000), *Can Liberal Pluralism be Exported? Western Political Theory and Ethnic Relations in Eastern Europe*, Oxford, OUP.
- LAFFAN, M. (2000), *The Resurrection of Ireland: The Sinn Féin Party, 1916-1923*, Cambridge, CUP.
- LAITIN, D. (1992), "Language normalization in Estonia and Catalonia". *Journal of Baltic Studies*, 23 (2), pp. 149-166.
- LAITIN, D. (2007), *Nations, States and Violence*, Oxford, OUP.
- LANGEWIESCHE, D. (2000), *Nation, Nationalismus, Nationalstaat in Deutschland und Europa*, Munique, Beck.
- LANGEWIESCHE, D. (2006), "Nationalismus – Ein generalisierender Vergleich". In G. Budde, S. Conrad e O. Janz (eds.), *Transnationale Geschichte – Themen, Tendenzen und Theorien*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 175-189.
- LEACH, D. (2009), *Fugitive Ireland. European Minority Nationalists and Irish Political Asylum, 1937-2008*, Dublin, Four Courts.
- LEERSEN, J. (2006a), "Nationalism and the cultivation of culture". *Nations and Nationalism*, 12 (4), pp. 559-578.
- LEERSEN, J. (2006b), *National Thought in Europe: a Cultural History*, Amesterdão, Amesterdão UP.
- LEVI, M. (1979), "The comparative analysis of ethnoregional movements". *Ethnic and Racial Studies*, 11 (3), pp. 260-274.
- LIEBICH, A. (2006), "Searching for the perfect nation: the itinerary of Hans Kohn (1891-1971)". *Nations and Nationalism*, 12 (4), pp. 579-596.
- MAALOUF, A. (1998), *Les identités meurtrières*, Paris, Grasset.
- MAGOCSI, P. (1996), *A History of Ukraine*, Toronto, Toronto UP.

- MANELA, E. (2007), *The Wilsonian Moment: Self-determination and the Origins of Anticolonial Nationalism*, Oxford, Oxford UP.
- MANSVELT-BECK, J. (2005), *Territory and Terror: Conflicting Nationalisms in the Basque Country*, Londres/Nova Iorque, Routledge.
- MAUME, P. (1995), "The ancient constitution: Arthur Griffith and his intellectual legacy to Sinn Féin". *Irish Political Studies*, 10 (1), pp. 125-137.
- MCDONOGH, G. W. (1987), "Other people's nations: towards an interactive model of nationalist movements". *Canadian Review of Studies in Nationalism*, 14 (2), pp. 297-316.
- MILLER, A., BERGER, S. (eds.) (2015), *Nationalizing Empires*, Budapeste/Nova Iorque, CEU Press.
- MILLER, A. (2003), *The Ukrainian Question. The Russian Empire and Nationalism in the Nineteenth Century*, Nova Iorque/ Budapeste, CEU Press.
- MILLER, N. (2006), "The historiography of nationalism and national identity in Latin America". *Nations and Nationalism*, 12 (2), pp. 201-221.
- NAIMARK, N. M. (2001), *Fires of Hatred: Ethnic Cleansing in Twentieth Century Europe*, Cambridge, MA, Harvard UP.
- NÚÑEZ SEIXAS, X. M. (2001), *Entre Ginebra y Berlín. La cuestión de las minorías nacionales y la política internacional en Europa, 1914-1939*, Madrid, Akal.
- NÚÑEZ SEIXAS, X. M. (2006), *¡Fuera el invasor! Nacionalismos y movilización bélica durante la guerra civil española. 1936-1939*, Madrid, Marcial Pons.
- NÚÑEZ SEIXAS, X. M. (2012), "Historiographical approaches to sub-national identities in Europe: a reappraisal and some suggestions". In J. Augusteyn, E. Storm (eds.), *Regions and States in Nineteenth-Century Europe. Nation-Building, Regional Identities and Separatism*, Basingstoke, Palgrave, pp. 13-35.
- O'MALLEY, K. (2008), *Ireland, India and Empire. Indo-Irish Radical Connections, 1919-64*, Manchester/Nova Iorque, Manchester UP.
- OBRADOVIC, M. (1997), "The sociohistoric roots of East European nationalism". *Canadian Review of Studies in Nationalism*, 24 (1-2), pp. 63-73.
- ÖZKIRIMLI, U. (2005), *Contemporary Debates on Nationalism. A Critical Engagement*, Houndmills, Palgrave Macmillan.
- PETRI, R. (2007), "Il risorgere delle regioni nel contesto dell'integrazione europea. Sviluppi recenti e prospettiva storica". In G. Albanese et al. (eds.), *L'intellettuale militante. Scritti per Mario Isnenghi*, Portogruaro, Nuova Dimensione, pp. 365-388.
- PIRJEVEC, J. (1997), 'Die politische Theorie und Tätigkeit Josef Wilfans'. In U. Corsini e D. Zaffi (eds.), *Die Minderheiten zwischen den beiden Weltkriegen*, Berlin, Duncker & Humblot, pp. 167-174.
- PLAMENATZ J. (1973), "Two types of nationalism". In E. Kamenka (ed.), *Nationalism*, Camberra, Australian National UP, pp. 22-37.
- PUHLE, H.-J. (1985), "Nationalismus in Lateinamerika". In H.-A. Winkler (ed.), *Nationalismus*, Frankfurt a. M. Athäneum, pp. 265-85.
- PUHLE, H.-J. (1995), *Staaten, Nationen und Regionen in Europa*, Viena, Picus Verlag.
- QUIROGA, A. (2007), *Making Spaniards. Primo de Rivera and the Nationalisation of the Masses, 1923-1930*, Basingstoke, Palgrave.
- ROBBINS, K. (1991), *Nineteenth Century Britain: Integration and Diversity*, Oxford, Oxford UP.
- SCHENK, F. B. (2002), "Mental maps. Die Konstruktion von geographischen Räumen in Europa seit der Aufklärung. Literaturbericht". *Geschichte und Gesellschaft*, 28, pp. 493-514.

- SCHÖPFLIN, G. (1993), "Nationalism and ethnicity in Europe". In C. Kupchan (ed.), *Nationalism and Nationalities in the New Europe*, Ithaca, Cornell UP, pp. 37-65.
- SETON-WATSON, C., SETON-WATSON, H. (1981), *The Making of a New Europe. R. W. Seton-Watson and the Last Days of Austria-Hungary*, Londres, Methuen.
- SETON-WATSON, R. W. (1922), *The Historian as a Political Force in Central Europe*, Londres, School of Slavonic Studies.
- SHAFIR, G. (1995), *Immigrants and Nationalists: Ethnic Conflict and Accommodation in Catalonia, the Basque Country, Latvia, and Estonia*, Nova Iorque, SUNY Press.
- SKEY, M. (2009), "The national in everyday life: a critical engagement with Michael Billig's thesis of Banal Nationalism". *The Sociological Review*, 57 (2), pp. 331-346.
- SLUGA, G. (1997), "Identity, gender, and the history of European nations and nationalisms". *Nations and Nationalism*, 4 (1), pp. 87-111.
- SLUGA, G. (2004), "The nation and the comparative imagination". In D. Cohen e M. O'Connor (eds.), *Comparison and History. Europe in Cross-National Perspective*, Nova Iorque/Londres, Routledge, pp. 103-114.
- SMITH, A. (ed.) (1976), *Nationalist Movements*, Londres, Macmillan.
- SMITH A. (1991), *National Identity*, Londres, Penguin.
- SMITH, A. (1992), "Nationalism and the historians". *International Journal of Comparative Sociology*, XXXIII (1-2), pp. 58-80.
- SMITH, A. (1993), "A Europe of nations – or the nation of Europe?". *Journal of Peace Research*, 30 (2), pp. 129-135.
- STORM, E. (2003), "Regionalism in history, 1890-1945: the cultural approach". *European History Quarterly*, 33 (2), 251-265.
- STRUVE, K. (2005), *Bauern und Nation in Galizien. Über Zugehörigkeit und soziale Emanzipation im 19. Jahrhundert*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- SUÁREZ CORTINA, M., PÉREZ VEJO, T. (eds.) (2010), *Los caminos de la ciudadanía. México y España en perspectiva comparada*, Madrid, Biblioteca Nueva/Publican.
- SYMMONS-SYMONOLEWICZ, K. (1970), *Nationalist Movements: a Comparative View*, Meadville, PA. Maplewood Press.
- TACKE, C. (1995), *Denkmal im sozialen Raum. Nationale Symbole in Deutschland und Frankreich im 19. Jahrhundert*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- THER, P., SILJAK, A. (eds.) (2001), *Redrawing Nations: Ethnic Cleansing in East-Central Europe, 1944-1948*, Lanham, Rowman & Littlefield.
- THER, P. (2011), *Die dunkle Seite des Nationalstaates. "Ethnische Säuberungen" im modernen Europa*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- THIESSE, A.-M. (1997), *Ils apprennaient la France. L'exaltation des régions dans le discours patriotique*, Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme.
- TODOROVA, M. (1997), *Imagining the Balkans*, Nova Iorque, Oxford UP.
- UCELAY-DA CAL, E. (1997), "Cuba y el despertar de los nacionalismos en la España peninsular". *Studia Historica/Historia Contemporánea*, 15, pp. 151-192.
- VEIGA, F. (2011), *La fábrica de las fronteras. Guerras de secesión yugoslavas 1991-2001*, Madrid, Alianza.
- VILAR, P. (1984), "Estado, nación, patria en España y en Francia, 1870-1914". *Estudios de Historia Social*, 28-29, pp. 7-41.
- VON HIRSCHHAUSEN, U. (2006), *Die Grenzen der Gemeinsamkeit. Deutsche, Letten, Russen und Juden in Riga 1860-1914*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

- WEBER, E. (1976), *Peasants into Frenchmen. The Modernization of Rural France 1870-1914*, Stanford, Stanford UP.
- WEICHLIN, S. (2006), "Nationalismus und Nationalstaat in Deutschland und in Europa. Ein Forschungsüberblick". *Neue Politische Literatur*, 2 (3), pp. 265-351.
- WEITZ, E. D. (2008), "From the Vienna to the Paris system: international politics and the entangled histories of human rights, and forced deportations". *American Historical Review*, 113 (4), pp. 1313-1143.
- WERNER, M., ZIMMERMANN, J. (2006), "Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity". *History and Theory*, 45, pp. 30-50.
- WOLFF, L. (1994), *Inventing Eastern Europe: The Map of Civilization on the Mind of the Enlightenment*, Stanford, Stanford UP.
- WOOLF, S. J. (1991), *Europe and the Nation-State*, Florença, IUE, Working Paper 91/11.

Recebido a 30-01-2016. Aceite para publicação a 08-04-2016.

NÚÑEZ SEIXAS, X. M. (2016), "Uma reflexão transnacional sobre a historiografia das nações e dos nacionalismos na Europa (séculos XIX-XX)". *Análise Social*, 221, LI (4.º), pp. 942-964.

Xosé M. Núñez Seixas » x.nunez@lmu.de » Ludwig-Maximilians-Universität, Historisches Seminar, Lehrstuhl für die Europäische Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts » Geschwister-Scholl-Platz — 1D-80539 München, Deutschland.
